

O pacote pode incluir mais imposto

Em estudo: volta do Imposto de Renda na fonte para ganhos no *open*, antecipação do IR sobre o lucro dos bancos e mais corte no gasto público.

Volta da cobrança do Imposto de Renda na fonte sobre os ganhos obtidos no *open market*; antecipação, já para o segundo semestre, do recolhimento do IR referente aos lucros dos bancos deste ano (o que, na prática, equivaleria à instituição da retenção na fonte para pessoas jurídicas); e novo corte nos gastos públicos, de modo a conseguir uma queda real de 8% a 10% no nível de investimentos (com o conseqüente agravamento do desemprego): estas são algumas das medidas que poderão integrar o novo pacote recessivo, em preparo nos gabinetes oficiais.

O chefe da Secretaria de Controle das Empresas Estatais, Nelson Mortada, confirmou que nem mesmo a Petrobrás será poupada, mas não soube dizer se isto prejudicará as metas de produção de petróleo para este ano, 1984 e 1985 — hipótese já admitida por um diretor da própria empresa.

Exportações prejudicadas?

De fato, a pressa em atender de qualquer jeito as exigências do Fundo Monetário Internacional, quanto à redução dos gastos públicos, poderá até atrapalhar projetos que poderiam render preciosos dólares ainda este ano, como o projeto da usina de Tubarão, que deveria exportar de US\$ 100 a 150 milhões este ano, além do terceiro estágio da Companhia Siderúrgica Nacional, cuja produção tem mercado garantido.

Na semana passada, em Nova York, executivos da Kawasaki Steel, a sócia japonesa no empreendimento de Tubarão, realizaram os primeiros contatos com vistas à discussão de contratos de exportação, mas, ante a iminência de novos cortes nos investimentos a cargo da empresa, surgiu a possibilidade de um adiamento por seis meses, do término das obras, o que significaria adiar também, para o próximo ano, o início das vendas externas. A participação financeira japonesa já foi completada, com a realização, recente, de uma operação de *sale-and-sale-back* (venda e concomitante recompra) de equipamentos de Tubarão, no valor de US\$ 530 milhões, restando apenas a contrapartida brasileira.

O corte adicional nos investimentos da Siderbrás, *holding* das siderúrgicas estatais, está sendo conduzido através de negociações muito difíceis a nível ministerial, provavelmente entre os ministros Camilo Pena, da Indústria e do Comércio, e Delfim Neto, do Planejamento.

As negociações também não caminham com facilidade em outras áreas, que já tiveram seus orçamentos cortados e refeitos pelo menos duas ou três vezes este ano.

Além disso, comentou um técnico que está participando diretamente das negociações, estão em pleno desenvolvimento os cronogramas físicos e financeiros das diversas obras autorizadas anteriormente. Agora, "você pode assumir o risco de cortar uma despesa que, neste exato momento, está sendo feita com a execução de serviço numa obra qualquer".

Mais fiscalização

Na área fiscal, a Secretaria da Receita Federal receberá recomendação para que intensifique a fiscalização no recolhimento de todos os impostos e taxas, dando atenção especial ao recolhimento do imposto retido na fonte e não repassado aos cofres públicos.

O restabelecimento da retenção do Imposto de Renda na fonte para os ganhos obtidos no mercado aberto (*Open*), que até o ano passado era na base de 10% de todo o lucro conseguido, encontra algumas resistências por parte do Banco Central. Os técnicos do banco acham muito complexa a fiscalização de tais retenções e argumentam que a receita decorrente da medida não é significativa. Aliás, estas foram as justificativas para a suspensão da retenção.

Quanto à antecipação no pagamento do Imposto de Renda pelas instituições financeiras, foi a única fórmula legal encontrada para aumentar a tributação sobre os lucros do sistema financeiro. "Além do mais, como medida social, é extremamente justa, já que o setor financeiro é o único que ainda consegue tirar proveito de toda essa crise", observa uma qualificada fonte governamental.

Exigências do FMI

A nova investida do governo no campo tributário, para aumentar sua receita, não é conseqüência de uma expectativa de que as metas de arrecadação programadas para este ano não possam ser cumpridas, garante um técnico da área econômica. "Pelos dados que conhecemos até agora e as projeções feitas para os próximos meses, a receita proveniente dos impostos e taxas ficará bem acima dos Cr\$ 10 trilhões previstos inicialmente", diz ele.

De acordo com as explicações oficiais, a adoção dessas medidas na área fiscal decorrem do fato de as autoridades não conseguirem conter as despesas governamentais fazendo com que o déficit público se mantenha em níveis muito superiores àqueles acordados com o Fundo Monetário Internacional. É para tentar contornar essa situação que se faz necessário o aumento da receita, já que a retirada dos subsídios do crédito rural, trigo, açúcar e combustíveis não poderá ser feita com a velocidade desejada devido aos seus "efeitos perversos" sobre a economia, altamente indexada. O aumento de preços decorrente da diminuição dos subsídios se refletiria na correção monetária e cambial, acarretando, ao contrário do desejado, um aumento no déficit público.